

O mercado de trabalho nas cidades médias da Região Sul do Brasil: aplicação do índice de Saboia*

*Rafael Ricardo Gruber***

Bacharel em Administração e Mestrando em Desenvolvimento Regional, com ênfase em Agronegócio, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Toledo

*Sabrina Masiero de Campos****

Bacharel em Administração e Mestranda em Desenvolvimento Regional, com ênfase em Agronegócio, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Toledo

*Jandir Ferrera de Lima*****

Doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Université du Québec (UQAC), Canadá, Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz), RS. Professor Adjunto do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Toledo

Resumo

Este estudo analisa o mercado de trabalho urbano da Região Sul do Brasil a partir do índice de Saboia. O índice foi aplicado aos dados das 36 cidades médias da Região Sul e também nas três capitais da Região e em São Paulo, a

* Artigo recebido em set. 2007 e aceito para publicação em out. 2008.

** E-mail: rafael@gruber.com.br

*** E-mail: sabrinac_ct@yahoo.com.br

**** E-mail: jandir@unioeste.br ou jandirbr@yahoo.ca

fim de se comparar a qualidade do mercado de trabalho. Compararam-se também os índices entre os grupos de cidades médias por estado da Região Sul. Os resultados demonstraram que as capitais se diferenciam das cidades de interior no indicador de renda, mas, em relação aos índices de desemprego e de formalidade, não foram encontradas grandes diferenças. Na comparação entre as cidades agrupadas por estado, o grupo das cidades de Santa Catarina apresentou o melhor índice médio. Em segundo lugar ficou o Estado do Rio Grande do Sul, seguido pelo Paraná.

Palavras-chave

Economia do trabalho; economia urbana; economia brasileira.

Abstract

This article analyses the urban labor market in South Brazil, based on a methodology proposed by Saboia. The study focused on the data of the 36 intermediate cities of South Brazil, and also the three state capitals of the region, besides São Paulo, in order to compare the quality of the labor market. The indexes of groups of intermediate cities were also compared by state. The results demonstrate that the capitals stands out in the income index, but de unemployment and formality indexes do not show great differences. The comparison of the cities by state shows that the group of cities of the state of Santa Catarina presented the best index, followed, in second position, by the state of Rio Grande do Sul. The third and last position belonged to the state of Paraná.

Key words

Labor economics; urban economy; brazilian economy.

Classificação JEL: J01, R12, R23.

1 Introdução

Para Saboia (2000), o mercado de trabalho urbano brasileiro passou por grandes modificações ao longo da década de 90, como, por exemplo, a intensi-

ificação de práticas informais de contratação, a redução do emprego industrial, o aumento do Setor Terciário e a explosão das taxas de desemprego ocorrida em 1998, além do crescimento do nível de rendimento a partir de 1993, já revertido em 1998. Essas modificações apontaram uma nítida tendência de deterioração do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas estudadas. As taxas de desemprego, bem como o percentual de desempregados há 12 meses ou mais sobre o total de desempregados mostraram forte tendência de crescimento em todas as regiões metropolitanas, sendo que apenas o percentual de chefes de família entre os desempregados manteve certa estabilidade.

Entre as estatísticas de ocupação/informalidade, analisadas por Saboia (2000), o percentual de ocupados com carteira assinada e o de ocupados na indústria caíram fortemente na década de 90, contrapondo-se ao crescimento do indicador de incidência de trabalhadores universitários em todas as regiões.

Já as estatísticas de rendimento nas regiões metropolitanas estudadas, que iniciaram a década em estudo com tendências de piora, recuperaram-se depois, e as regiões estudadas fecharam a década com melhoria nessas estatísticas. A queda do emprego formal, a contração dos salários e a precarização das relações de trabalho são, dentre vários, os problemas que se acentuam nas principais regiões metropolitanas do País, configurando-se também como uma crise tanto quantitativa quanto qualitativa do mercado de trabalho nessas regiões.

Os estudos de Saboia (1999), Guimarães Neto (2002) e Andrade e Serra (2002) indicam que, no final dos anos 1990, o desempenho produtivo brasileiro foi inexpressivo, apresentando grandes dificuldades para ampliar o número de empregos capazes de absorver o aumento da População Economicamente Ativa (PEA). A crise do emprego abateu-se com intensidade sobre a indústria, repercutindo com força nos principais centros industriais, especialmente sobre a Região Metropolitana de São Paulo, acompanhada do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenham colocado, no lugar, outras capazes de substituí-las.

Para Guimarães Neto (2002) e Diniz (2002), as dificuldades enfrentadas pelas indústrias são resultantes dos efeitos de oscilações do ciclo econômico, com impacto sobre o mercado de trabalho, com taxas de desemprego aberto bastante elevadas. Outro fator que contribuiu para o fraco desempenho industrial foi a abertura da economia brasileira, aumentando o nível da competição internacional, associada ao processo de modernização, principalmente em termos organizacionais, elevando o nível de produtividade, sem ampliar novas oportunidades de emprego.

Segundo Saboia (1986), à medida que as indústrias se modernizavam, ocorria, paralelamente, o seu deslocamento geográfico em dois sentidos: intra-

-regional, provocando o esvaziamento do principal pólo da indústria do País, dirigindo-se para o interior do Estado; e inter-regional, principalmente em direção às cidades de porte médio, com tendência de mobilidade dos empregos para o interior. Nada indica que o deslocamento industrial para o interior tenha gerado um número suficiente de empregos capazes de compensar a evolução do desemprego nas regiões metropolitanas e nem que tenha havido um deslocamento espacial do emprego que possa ter compensado minimamente a perda maciça de postos de trabalho que ocorreu nas grandes cidades. Historicamente, o êxodo rural foi responsável pelo enorme boom na população da Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo. Porém, hoje, muitas das boas oportunidades de trabalho estão se deslocando das grandes regiões metropolitanas para o interior.

Para Castells (1983), o movimento da mão-de-obra e da industrialização ao longo do território fortalece o papel da cidade como lócus de vitalidade econômica, cultural e social, o que a torna um centro das decisões. Assim, os centros urbanos tornam-se um fenômeno de aglomerados econômicos, que procuram satisfazer o bem-estar da população, o que os torna também aglomerados com funções específicas ou funcionais. Isso possibilita a classificação das áreas urbanas a partir de suas funções econômicas. O tamanho populacional das cidades, nesse caso, torna-se um indicador não só das suas funções, como também da sua capacidade de atração e de suprir as necessidades da população, o que se reflete também no mercado de trabalho. Um estudo recente de Carod (2005) parte dessa premissa ao estudar os fatores de localização em municípios da Catalunha (Espanha).

É nesse contexto que este estudo se mostra relevante. Busca-se medir a qualidade do mercado de trabalho nas cidades médias do sul do Brasil, utilizando-se o modelo de análise proposto por Saboia (2000), o qual se denomina, neste artigo, índice de Saboia. Em seguida, compararam-se os índices das cidades médias com o índice das capitais da Região Sul, bem como com os índices da maior cidade do Brasil, São Paulo, a fim de se identificar se o mercado de trabalho é melhor nas capitais ou nas cidades médias do sul do Brasil. Isso poderá ratificar ou rejeitar a tendência de que o mercado de trabalho tem se deslocado para os pólos regionais, desconcentrando cada vez mais a região metropolitana.

Este artigo está estruturado em quatro partes, sendo esta **Introdução** a primeira. A segunda parte demonstra aspectos metodológicos e apresenta os dados e as equações utilizadas no cálculo dos índices. A terceira parte apresenta os resultados, cruzamento de dados e análises. A quarta parte são **Conclusões**.

2 Quadro metodológico

A qualidade do mercado de trabalho não pode ser medida apenas pela taxa de desemprego. A partir dessa premissa, Saboia (2000) desenvolveu um índice para mensurar a qualidade desse mercado em diferentes localidades urbanas. O autor baseou-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que apresenta valores entre zero e um, sendo que os mais próximos de zero representam baixa qualidade de vida, e os mais próximos de um representam ganhos consideráveis em qualidade de vida.

Baseado no IDH, Saboia (2000) incluiu nove indicadores para mensurar a qualidade do mercado de trabalho, distribuídos em três grupos: indicador de desemprego, indicador de ocupação e informalidade e, no terceiro grupo, estatísticas do indicador de renda. Após apurar um índice desagregado para cada um dos grupos, a metodologia do indicador apresenta um indicador-síntese, que agrega todas as informações num único valor, que varia entre zero (muito ruim) e um (muito bom).

Saboia (2000) desenvolveu o índice e a metodologia e os aplicou às seis regiões metropolitanas do Brasil atendidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, na década de 90 (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador). Os dados necessários mais recentes para a realização da análise proposta que se têm à disposição são os do **Censo Demográfico de 2000** (IBGE, 2001).

O indicador-síntese de Saboia tem capacidade diferenciadora, por agregar diversas informações em um único indicador e por permitir, assim, boa comparação entre os mercados de trabalho de diferentes localidades, ou, ainda, entre o mercado da mesma localidade em séries temporais, verificando, desse modo, a evolução dos dados através do tempo.

A metodologia utilizada neste estudo baseou-se, mormente, no modelo proposto por Saboia (2000) para mensurar a qualidade do mercado de trabalho em regiões urbanas. Tendo em vista que o referido modelo foi desenvolvido utilizando como base dados disponíveis apenas na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e que tal pesquisa só é realizada em determinadas regiões metropolitanas, foi necessário introduzir adaptações ao modelo, já que se pretendia conhecer a qualidade do mercado de trabalho em cidades de médio porte, não cobertas pela PME.

A delimitação do estudo definiu como objeto as cidades de médio porte da Região Sul do Brasil. Consideraram-se de médio porte cidades entre 100.000 e

500.000 habitantes no **Censo Demográfico de 2000** (IBGE, 2001).¹ Além disso, para efeito de comparação, calcularam-se também os índices para as três capitais da Região Sul e para a cidade de São Paulo, maior metrópole do País. Conforme o **Censo Demográfico de 2000** (IBGE, 2001), são 36 as cidades médias na Região, sendo: no Paraná, Apucarana, Cascavel, Colombo, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Pinhais, Ponta Grossa e São José dos Pinhais; no Rio Grande do Sul, Alvorada, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Uruguaiana e Viamão; em Santa Catarina, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça e São José. Além das cidades médias, com objetivo de comparação, incluem-se as capitais dos estados da Região Sul — Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis —, além de São Paulo, como objetos deste estudo.

A principal limitação do estudo deu-se em relação à pouca disponibilidade dos dados necessários para compor o índice. Nesse ponto, uma das questões mais prejudiciais diz respeito à longa data dos dados do último **Censo**, que é de 2000 (IBGE, 2001). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fonte indicada por Saboia (2000) para enfocar outras regiões que não fossem estudadas pela PME do IBGE, traz dados agregados por estado. Mesmo os microdados da PNAD não citam cidade, sequer mesorregiões. Ela apresenta apenas o estado no qual o dado foi coletado. Como o objetivo do estudo é conhecer o mercado de trabalho das cidades médias da Região Sul do Brasil (uma vez que estudar todos os dados de um estado agregado ignoraria todas as enormes diferenças regionais), como já exposto, só restaram os dados do **Censo Demográfico** do IBGE, sendo que o último é o do ano 2000 (IBGE, 2001).

Apenas dois indicadores têm dados mais recentes (de 2007), que são os dados sobre quantidade de seguro-desemprego e número de pessoas cadastradas no Sistema Nacional de Emprego (Sine) em busca de uma oportunidade de emprego. Esses dados mais recentes, se, por um lado, fazem o estudo mais contemporâneo, por outro, fazem com que os indicadores encontrados não reflitam exatamente o mercado de trabalho no ano 2000 e nem em 2007, pois é um índice que mede o mercado de trabalho num único corte, que se baseia em dados principalmente de 2000 mesclado com poucos dados de 2007.

¹ Para uma análise dos fundamentos que levaram à definição de cidades médias como aquelas com população entre 100.000 e 500.000 habitantes, ver Amorim Filho e Serra (2001).

2.1 Modelo de análise

Saboia (2000, p. 123-130) propõe um modelo de análise que leva em consideração nove estatísticas do mercado de trabalho, separadas em três grupos — desemprego, ocupação/informalidade e renda. Para cada grupo, foram selecionadas três estatísticas ponderadas, sendo que uma, considerada como principal, leva peso dois, e as outras duas, consideradas como complementares, têm peso um. Esses três grupos de indicadores são então utilizados na composição de um indicador-síntese para o mercado de trabalho. Esses indicadores variam entre zero e um. Os valores próximos de um significam condições ótimas do mercado de trabalho, e os próximos de zero indicam condições ruins.

Todos os dados utilizados na análise de Saboia (2000) são disponibilizados na PME-IBGE e refletem a complexidade do mercado de trabalho brasileiro. A primeira de cada grupo é a estatística básica, e as demais são as complementares. Os dados utilizados por Saboia (2000) são os que seguem. Para o indicador de desemprego: taxa de desemprego (sete dias); percentual de desempregados há 12 meses ou mais sobre o total de desempregados; e percentual de chefes de família entre os desempregados. Para o indicador de ocupação/informalidade: percentual de ocupados com carteira assinada; percentual de ocupados na indústria (exceto construção civil); e percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo. Para o indicador de rendimento: renda média real; relação entre a renda dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até quatro anos de estudo; e relação entre a renda dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada.

Nas estatísticas de ocupação e informalidade, todos os dados estão disponíveis no **Censo Demográfico de 2000** (IBGE, 2001). Para desemprego e rendimento, a indisponibilidade de alguns dados exigiram as seguintes adaptações: nas estatísticas de desemprego, todos os indicadores foram substituídos. Como indicador principal foi utilizado o percentual da PEA desocupada, conforme dados do **Censo** (IBGE, 2001). Como indicadores complementares, foram utilizados: o percentual da PEA que se inscreveu no Sistema Nacional de Emprego em busca de uma oportunidade de trabalho entre os meses de janeiro e março de 2007, e o segundo indicador complementar foi o percentual da PEA que requisitou seguro-desemprego de janeiro a maio de 2007. No grupo das estatísticas de renda, foi necessária a substituição da estatística renda real pelo dado renda nominal, e, ainda, substituiu-se a estatística relação de renda entre os trabalhadores com mais de 12 anos de escolaridade e os com menos de quatro anos, sendo esta última substituição recomendada por Saboia (2000) para casos em que a estatística original não estivesse disponível.

O modelo adaptado nesta análise para mensurar a qualidade do mercado de trabalho é exposto no Quadro 1.

Quadro 1

Dados utilizados para cálculo dos índices, com indicação das fontes dos dados para a pesquisa — 2000 e 2007

ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR DE DESEMPREGO	INDICADOR DE OCUPAÇÃO/INFORMALIDADE	INDICADOR DE RENDA
Dado principal	Percentual da PEA desocupada. (1) (IBGE)	Percentual de ocupados com carteira assinada. (IBGE)	Renda nominal média do trabalhador. (1) (IBGE)
Dado complementar	Percentual da PEA que se inscreveu no SINE em busca de emprego. (1) (Sine)	Percentual de ocupados na indústria (exceto construção civil). (IBGE)	Percentual de ocupados que ganham menos que um salário mínimo. (1) (IBGE)
Dado complementar	Percentual da PEA que requisitou seguro-desemprego. (1) (Sine)	Percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo. (IBGE)	Relação entre a renda dos empregados com carteira assinada e a dos sem carteira assinada. (IBGE)

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 01 jun. 2007.

Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

NOTA: Dados da pesquisa a partir de adaptação do modelo de Saboia (2000).

(1) Dados adaptados.

Na parte quantitativa do modelo, continuando a descrição do modelo proposto por Saboia (2000), para transformar uma estatística do mercado de trabalho em um índice que varie entre zero e um, de tal forma que um valor maior signifique uma situação mais favorável e vice-versa, utilizou-se a mesma metodologia do IDH. Para aquelas estatísticas cujo crescimento significa melhoria (por exemplo, rendimento), o índice é calculado por:

$$I = (E - E_{\min}) / (E_{\max} - E_{\min}) \quad (1)$$

Em que: E é o valor da estatística em análise; $E_{\max}$ é seu valor máximo; e $E_{\min}$ é seu valor mínimo.

Para as estatísticas cujo crescimento significa piora (por exemplo, taxa de desemprego), o índice é calculado por:

$$I = (E - E_{\max}) / (E_{\min} - E_{\max}) \quad (2)$$

A partir das estatísticas selecionadas, devem ser calculados os respectivos indicadores utilizando-se as equações (1) ou (2), de acordo com seu sentido de variação. Depois de calculados os nove indicadores, segundo Saboia (2000, p. 123-130), eles devem ser transformados em três indicadores: indicador de desemprego, indicador de ocupação/informalidade e indicador de rendimento. No cálculo de cada indicador, deve-se calcular a média ponderada com peso dois para o indicador principal e peso um para cada indicador complementar. Finalmente, deve-se apurar o indicador-síntese do mercado de trabalho, obtido pela média aritmética dos três indicadores.

Outra questão metodológica relevante é em relação à forma de definição dos valores máximos e mínimos para aplicação na fórmula. Saboia (2000, p. 123-130) sugere três alternativas. A primeira parte dos valores anuais máximos e mínimos observados no período analisado. Sua desvantagem seria a possibilidade de necessidade de redefinição de alguns valores máximos e mínimos se novas cidades entrassem na análise, ou, ainda, se as mesmas cidades fossem analisadas em outro período. A segunda alternativa é utilizar valores de uma série mensal, dando maior amplitude aos dados e minimizando a probabilidade de necessidade de mudança dos parâmetros máximos e mínimos em análises futuras. A terceira e última possibilidade é definir arbitrariamente valores máximos e mínimos, levando em consideração os valores da série observada, dando-se uma margem de segurança para as futuras variações. Porém o autor salienta que esse é o procedimento mais difícil, uma vez que é muito subjetivo e que depende do comportamento e das percepções do usuário. Além disso, o autor demonstra que pode ser difícil prever uma margem para mais ou para menos que seja segura e adequada. O autor conclui, contudo, que, apesar das diferenças observadas, a evolução dos indicadores é bastante semelhante nos três modelos de definição de valores.

Neste estudo, decidiu-se trabalhar com a primeira metodologia para definir valores máximos e mínimos, ou seja: em cada análise (para cada estatística), verificou-se qual o maior e qual o menor valor dentre todas as cidades em estudo (as 36 cidades médias e as quatro capitais em comparação). Dessa forma, foram observados o menor e o maior valor desses 40 dados, e estes foram atribuídos como valores máximos e mínimos aplicados nas equações (1) e (2). Decidiu-se por essa alternativa por sua menor subjetividade: ao se utilizarem os valores máximos e mínimos efetivamente encontrados, não há necessidade de juízo de valor de qual seria o valor adequado para o índice, e sequer há neces-

cidade de se buscarem os mesmos índices em outras datas. A principal vantagem dessa alternativa de cálculo é que não existe análise subjetiva dos pesquisadores de qual seria o valor adequado para cada índice, como propõe uma das alternativas. Naquela forma, seria necessário definir, por exemplo, qual seria o percentual “ideal” de desemprego (um percentual pequeno, que seria definido como “ótimo”, e um grande, que seria definido como “péssimo”). O mesmo procedimento precisaria ser feito para cada um dos outros indicadores. Essa subjetividade pode dar algum viés de juízo de valor ao estudo. A principal desvantagem dessa escolha é que, em análise futura, inserindo-se novas cidades ou outros períodos, é possível que apareçam dados abaixo do mínimo ou acima do máximo encontrado nesta pesquisa, o que exigirá recálculo de todos os índices. Com a modalidade de cálculo escolhida para este estudo, matematicamente, todas as estatísticas medidas (de indicadores principais e complementares) terão uma cidade com índice zero e outra com índice um. Isso se dá pela matemática das equações (1) e (2) em conjunto com a definição dos valores máximos e mínimos nos termos aqui relatados.

Após o cálculo do indicador principal e dos dois complementares de cada grupo (desemprego, informalidade e renda), é encontrada a média ponderada dos indicadores do grupo para se encontrar cada indicador agregado. Utiliza-se a seguinte fórmula:

$$I_{\text{agregado}} = (I_{\text{principal}} * 2 + I_{\text{complementar1}} + I_{\text{complementar2}}) / 4 \quad (3)$$

Em que: I_{agregado} é o valor do indicador representativo do grupo (desemprego, informalidade e renda); $I_{\text{principal}}$ é o indicador principal desse grupo, que tem peso dois na fórmula de média ponderada; $I_{\text{complementar1}}$ é uma das estatísticas complementares; e $I_{\text{complementar2}}$ é a outra estatística complementar.

Após isso, é feito o cálculo do indicador-síntese pela média aritmética dos três indicadores (desemprego, informalidade e renda). A equação de cálculo é demonstrada a seguir.

$$I_{\text{síntese}} = (I_{\text{desemprego}} + I_{\text{informalidade}} + I_{\text{renda}}) / 3 \quad (4)$$

Em que: $I_{\text{síntese}}$ é o indicador-síntese; $I_{\text{desemprego}}$ é o indicador do grupo de dados de desemprego; $I_{\text{informalidade}}$ é o indicador do grupo informalidade e ocupação; e I_{renda} é o indicador do grupo renda.

Por fim, para comparar os indicadores das capitais com os das cidades médias, adotou-se o seguinte procedimento: foram agrupadas as três capitais

do sul do Brasil, e tirou-se a média de cada um dos indicadores (desemprego, ocupação/informalidade e de renda), além do indicador-síntese para o grupo. Fez-se o mesmo para todas as cidades médias da Região Sul. Inseriu-se também, como outro elemento de análise, a grande metrópole brasileira, São Paulo. Para a última análise (comparação dos índices entre os estados da Região Sul), adotou-se procedimento semelhante, agrupando-se as cidades por estado e calculando-se a média de cada indicador.

3 Resultados e discussões

Primeiramente, serão apresentados os indicadores dos três grupos de análise: indicador de desemprego, indicador de ocupação/informalidade e indicador de renda. Depois disso, apresentar-se-á o resultado do indicador-síntese, que é composto pela média aritmética dos três grupos. Por fim, serão abertas as duas análises comparativas propostas: a comparação entre a diferença da qualidade do mercado de trabalho nas capitais e no interior (cidades médias estudadas); e a diferença na qualidade do mercado de trabalho urbano nas cidades médias agregadas por estados da Região Sul do Brasil.

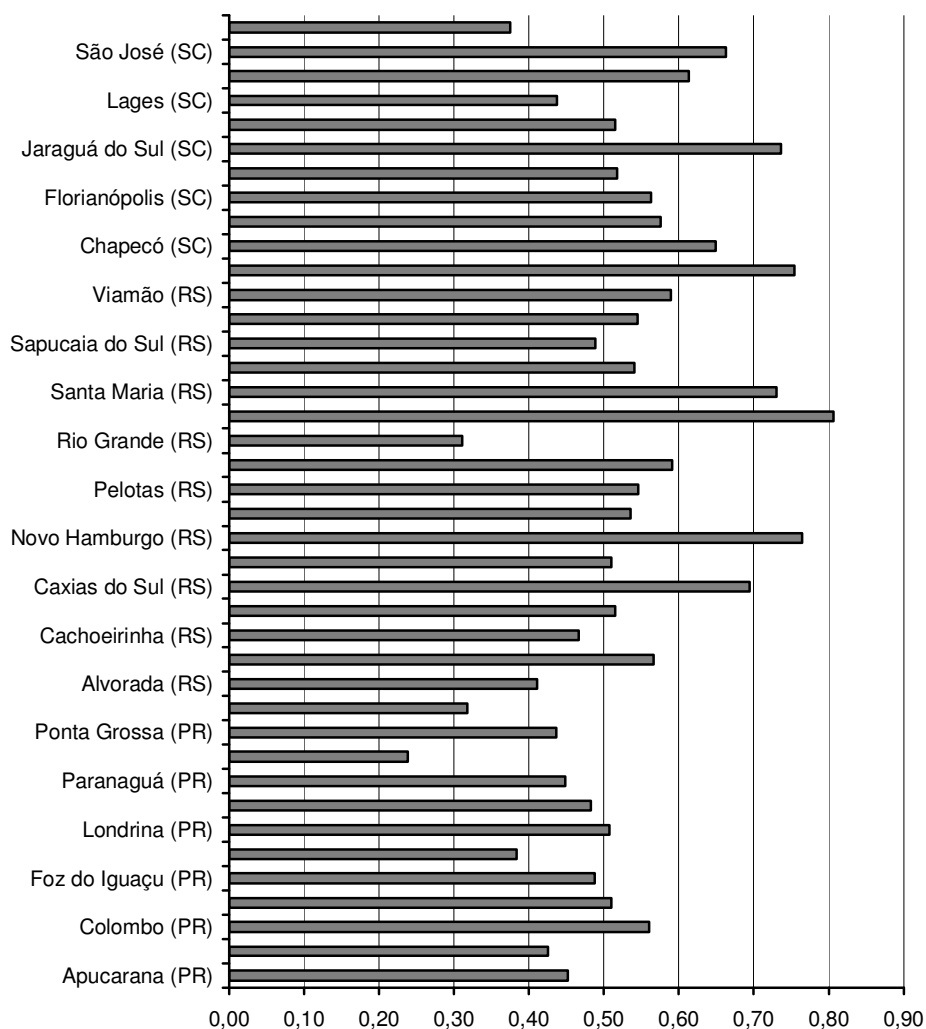
3.1 O indicador de desemprego

O indicador de desemprego levou em conta os resultados de três estatísticas: a primeira, com peso dois, foi o percentual da PEA desocupada pelo **Censo Demográfico de 2000** (IBGE, 2001). As estatísticas complementares, com peso um cada, foram, respectivamente, percentual da PEA que se inscreveu no Sine em busca de um emprego nos meses de janeiro a maio de 2007 e percentual da PEA que requereu seguro-desemprego entre janeiro e março de 2007. Os resultados são apresentados no Gráfico 1.

Como se observa no Gráfico 1, as cidades com os piores resultados foram Guarapuava (0,38), São Paulo (0,37), São José dos Pinhais (0,32), Rio Grande (0,31) e Pinhais (0,24). A análise dos dados da Tabela A.1 (Anexo) permite concluir que São Paulo (SP) e Rio Grande (RS) são colocados entre as piores cidades pelo indicador de ocupação da PEA (0,15 e 0,06 respectivamente). São José dos Pinhais (PR) ficou entre as piores devido ao alto percentual da população inscrita no Sine, à procura de empregos (obteve índice zero). Guarapuava (PR) e Pinhais (PR) (com o pior índice do sul do Brasil) apresentaram equilíbrio de baixos índices nos três indicadores analisados.

Gráfico 1

Indicador de desemprego em cidades selecionadas da Região Sul — 2000 e 2007



FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>>. Acesso em: 01 jun. 2007.
Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

NOTA: Dados da pesquisa a partir de adaptação do modelo de Saboia (2000).

Percebe-se que, em geral, os índices de desemprego do Estado do Paraná apresentam tendência mais baixa, ou seja, nesse indicador, em geral, o Estado do Paraná apresenta condições piores que as dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Já as cidades com os melhores índices nos indicadores de emprego são Santa Cruz do Sul (0,81), Novo Hamburgo (0,76), Blumenau (0,75), Jaraguá do Sul (0,74) e Santa Maria (0,73).

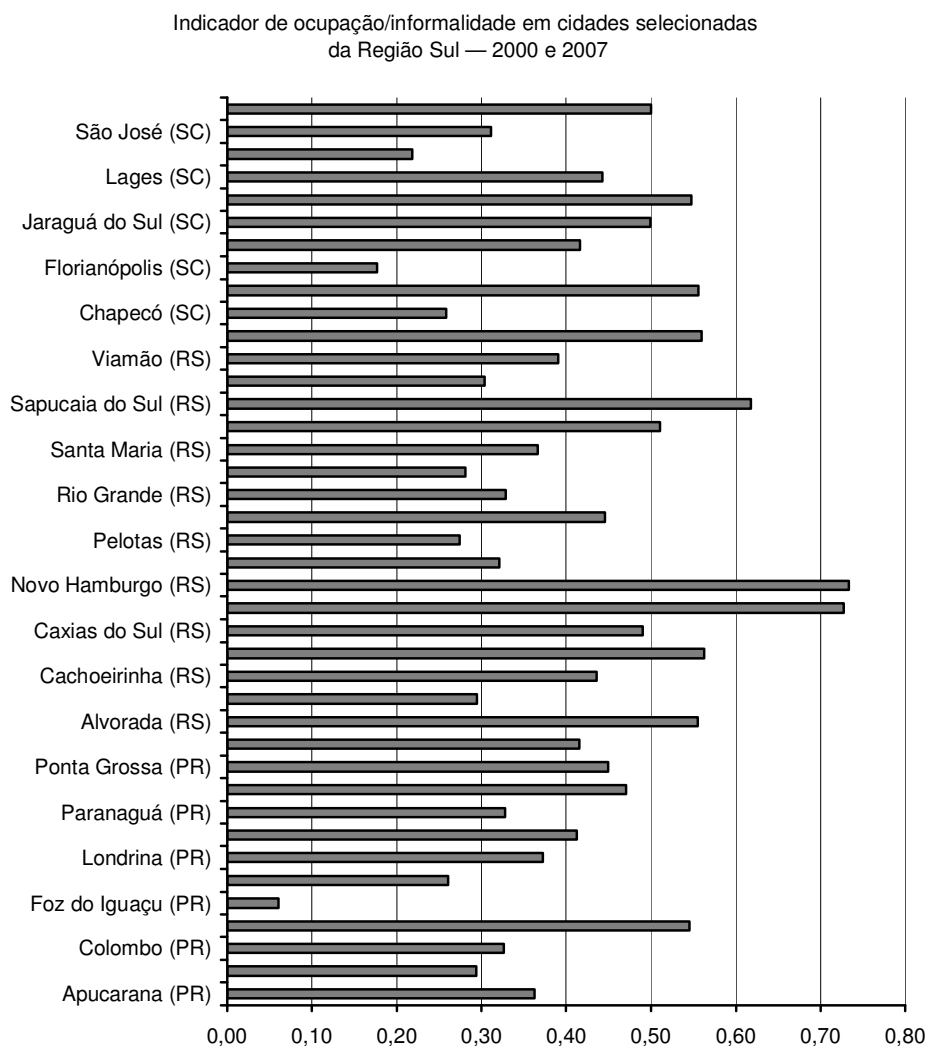
3.2 O indicador de ocupação/informalidade

Esse indicador foi composto a partir de três estatísticas: a principal, com peso dois, foi o percentual das pessoas ocupadas que têm carteira de trabalho assinada. As outras duas estatísticas complementares, com peso um cada, foram o percentual de ocupados que trabalham na indústria (que o índice de Saboia considera como um setor dinâmico, com boas condições de trabalho). Por fim, a segunda estatística complementar foi o percentual de ocupados que têm 12 anos ou mais de estudo. Os resultados estão expostos no Gráfico 2.

O Gráfico 2 mostra que as cidades que apresentam bons índices para esse indicador são Gravataí (0,73), Novo Hamburgo (0,73) e Sapucaia do Sul (0,62).

Os piores resultados nesse indicador ficaram para Guarapuava e Chapecó (0,26), Palhoça (0,22), Florianópolis (0,18) e Foz do Iguaçu (0,06) — Tabela A.2 (Anexo).

Gráfico 2



FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>>.

Acesso em: 01 jun. 2007.

Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

NOTA: Dados da pesquisa a partir de adaptação do modelo de Saboia (2000).

3.3 Resultados do indicador de renda

Nesse indicador, a variável principal foi a renda nominal. As variáveis secundárias foram: percentual dos ocupados que ganham menos que um salário mínimo; e a relação entre a renda dos trabalhadores com carteira assinada e dos sem carteira assinada. Os resultados estão no Gráfico 3.

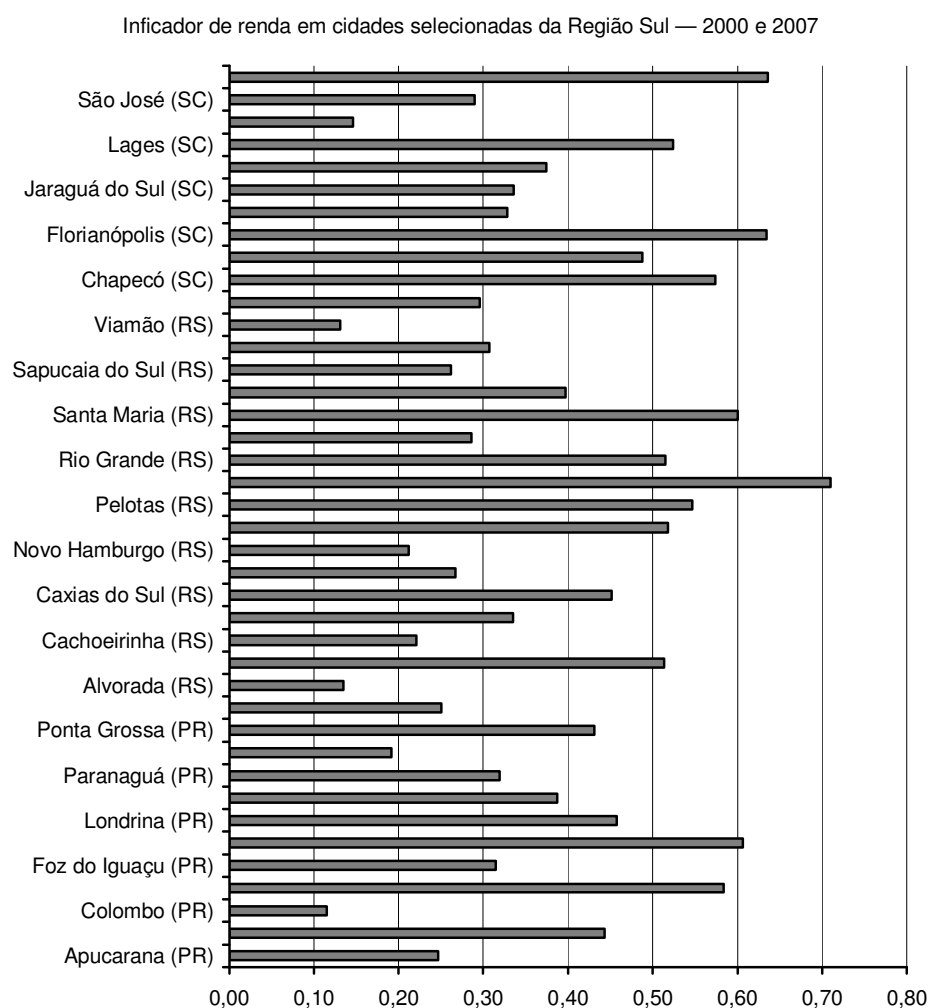
No indicador de renda, percebe-se a relevante vantagem das metrópoles sobre as cidades médias. Conforme se visualiza no Gráfico 3, as cidades com melhores índices no indicador de renda são: Porto Alegre (0,71), São Paulo (0,64), Florianópolis (0,63), seguidas de Guarapuava (0,61), Santa Maria (0,60) e Curitiba (0,58).

Para compreender a razão de Guarapuava e Santa Maria passarem à frente de Curitiba nesse indicador, faz-se necessário analisar a Tabela A.3 (Anexo), que apresenta os dados das estatísticas desagregadas. Da análise dessa tabela, percebe-se que Guarapuava não se destacou pela estatística de renda nominal, que foi, inclusive, das piores (0,09), mas veio para o grupo dos melhores índices para indicador de renda, devido aos bons índices na estatística de percentual da população que ganha abaixo de um salário mínimo, em que Guarapuava atingiu o melhor índice dentre todas as cidades estudadas (1,00).

Além disso, Guarapuava também apresentou uma das menores diferenças entre a renda dos trabalhadores com e sem carteira assinada, ficando, por consequência, com um bom índice para essa estatística (0,91), enquanto Santa Maria ficou com 1,00.

Porém percebe-se que Curitiba teve uma estatística muito ruim, que levou seu indicador de renda para abaixo do das duas cidades médias já referidas: trata-se da estatística do percentual de ocupados que ganham menos que um salário mínimo, em que a capital paranaense teve índice 0,09. Isso indica que muitos dos trabalhadores de Curitiba estão ganhando menos do que um salário mínimo. Entretanto vale frisar que Saboia (2000) afirma que esse indicador não significa, necessariamente, pobreza ou má qualidade no mercado de trabalho, pois esse alto percentual pode ocorrer devido a profissionais que trabalham poucas horas por semana, recebem renda abaixo de um salário mínimo, mas que têm familiar com boa renda. Por fim, as cidades que apresentaram os piores índices para o indicador de renda foram: Pinhais (0,19), Palhoça (0,15), Alvorada 0,13), Viamão (0,13) e Colombo (0,12).

Gráfico 3



FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>>. Acesso em: 01 jun. 2007.
Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

NOTA: Dados da pesquisa a partir de adaptação do modelo de Saboia (2000).

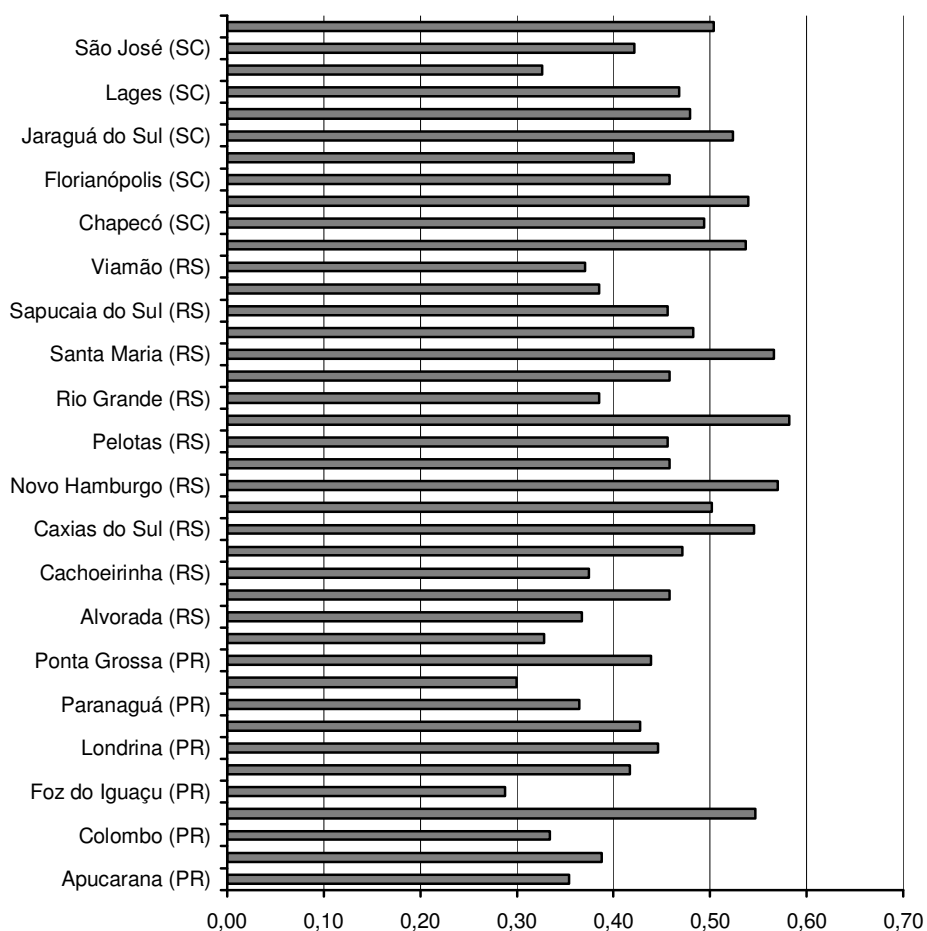
3.4 Resultados do indicador-síntese

O resultado para o indicador-síntese foi calculado conforme a equação (4). Os resultados são apresentados no Gráfico 4.

Como se visualiza no Gráfico 4, as cidades com melhores índices no indicador-síntese de qualidade do mercado de trabalho (conforme indicador de Saboia adaptado), ou seja, as cidades que têm a melhor qualidade de mercado de trabalho na região, são: Porto Alegre (0,58), Novo Hamburgo (0,57), Santa Maria (0,57), Curitiba (0,55) e Caxias do Sul (0,55). As cidades com piores índices-síntese, ou seja, que apresentam a pior qualidade de mercado de trabalho dentre as cidades médias do sul do Brasil, são: Apucarana (0,35), Colombo (0,33), São José dos Pinhais (0,33), Palhoça (0,33) e Pinhais (0,30).

Gráfico 4

Indicador-síntese de qualidade do mercado de trabalho em cidades selecionadas da Região Sul — 2000 e 2007



FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>. Acesso em: 01 jun. 2007.
Sine. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sine/>. Acesso em: 03 jul. 2007.

NOTA: Dados da pesquisa a partir de adaptação do modelo de Saboia (2000).

3.5 Comparação dos indicadores das capitais com os das cidades médias

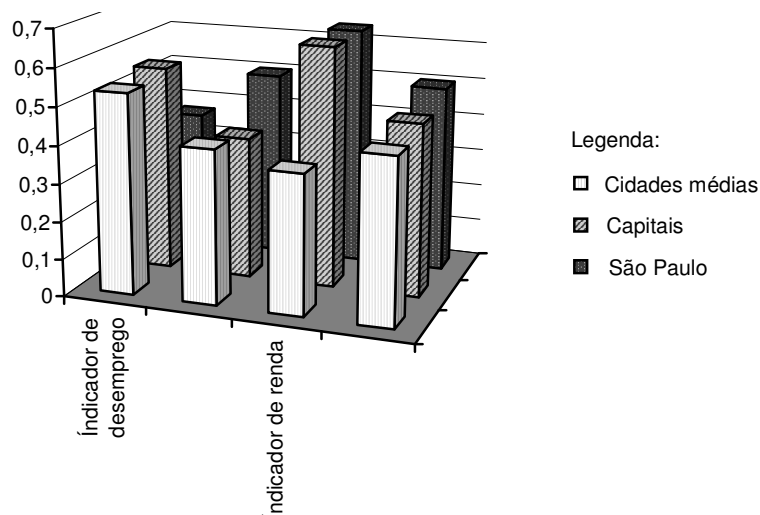
Os resultados a seguir verificam a possível existência de diferenças relevantes entre os mercados de trabalho das capitais e os das cidades médias, e, ainda, quais desses aglomerados urbanos apresentam melhor qualidade do mercado de trabalho, utilizando-se de procedimento já demonstrado na metodologia. Os resultados são apresentados no Gráfico 5.

Conforme se visualiza no Gráfico 5, os indicadores de desemprego entre as cidades médias da Região Sul e as capitais da Região Sul são bastante parecidos, enquanto esse índice para São Paulo é relevantemente pior. Isso indica que a grande metrópole brasileira apresenta maior desemprego do que as capitais da Região Sul e também do que as suas cidades médias. Por outro lado, no indicador de ocupação/informalidade, São Paulo destaca-se positivamente em relação às capitais do sul e também em relação às cidades médias. Entretanto não há diferenças relevantes entre as capitais e as cidades médias no sul.

Se, na análise dos dois primeiros indicadores, os mercados de trabalho nas capitais e nas cidades médias se parecem, é na análise do indicador de renda que se percebe a maior disparidade existente entre os dois mercados. As cidades médias do sul ficam muito aquém dos indicadores das capitais. Estes, por sua vez, são muito semelhantes com o indicador de renda de São Paulo. Os indicadores-síntese, que apresentam a média entre os três outros indicadores, mostram que o mercado de trabalho das capitais da Região Sul é levemente melhor do que o de suas cidades médias, e o de São Paulo é ligeiramente melhor do que as médias das capitais.

Gráfico 5

Comparação dos indicadores de mercado de trabalho nas capitais e nas cidades médias da Região Sul e em São Paulo — 2000 e 2007



FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>>. Acesso em: 01 jun. 2007.
Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.
NOTA: Dados da pesquisa a partir de adaptação do modelo de Saboia (2000).

3.6 Comparação dos indicadores entre os estados da Região Sul do Brasil

Por fim, compara-se a qualidade do mercado de trabalho agrupando as cidades por estado. Os dados são apresentados no Gráfico 6.

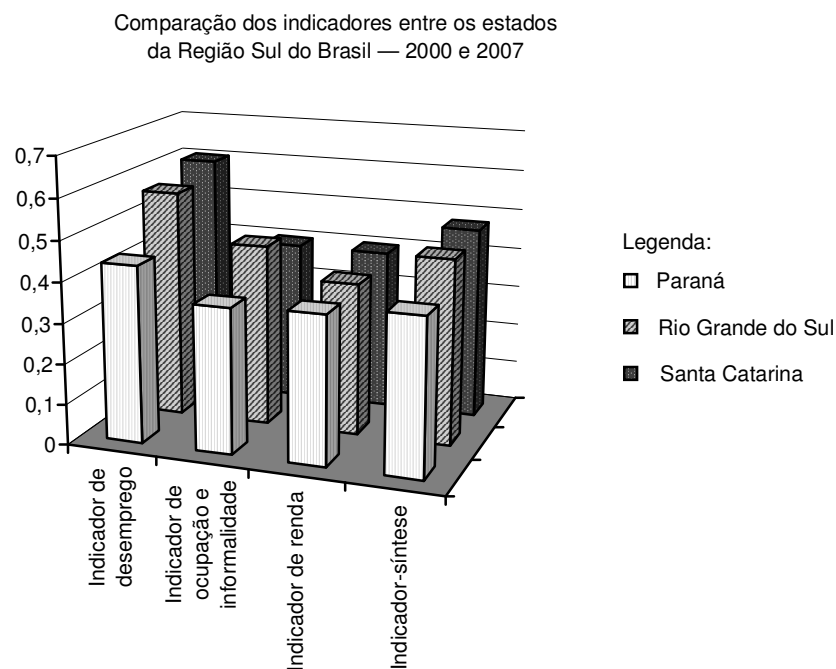
A fim de permitir melhor detalhamento e análise dos valores, insere-se a Tabela 1 com os dados.

Na análise do primeiro indicador do Gráfico 6, percebe-se que o Paraná tem o pior indicador de desemprego, seguido pelo Rio Grande do Sul, sendo que o melhor indicador de desemprego fica para Santa Catarina. Na análise do segundo indicador (de ocupação e informalidade), o PR fica novamente na pior posição, seguido por SC, sendo que o melhor indicador de ocupação e

informalidade da Região fica com o RS. Na análise do indicador de renda, o PR novamente fica na pior posição (0,3661), mas muito próximo do RS (0,3768). O melhor indicador de renda fica para SC.

Por fim, na análise do indicador-síntese, percebe-se que o Paraná tem a pior qualidade de mercado de trabalho dentre os estados da Região Sul do Brasil (0,3859). O Rio Grande do Sul ocupa a posição intermediária, com 0,4583, portanto bastante adiante do PR, mas muito próximo do líder em qualidade no mercado de trabalho da Região, que é Santa Catarina, com índice de 0,4761 no indicador-síntese.

Gráfico 6



FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>>.

Acesso em: 01 jun. 2007.

Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

NOTA: Dados da pesquisa a partir de adaptação do modelo de Saboia (2000).

Tabela 1

Dados de indicadores por estado da Região Sul — 2000 e 2007

ESTADOS	INDICADOR DE DESEMPREGO	INDICADOR DE OCUPAÇÃO E DE INFORMALIDADE	INDICADOR DE RENDA	INDICADOR-SÍNTESE
Paraná	0,4375	0,3581	0,3661	0,3859
Rio Grande do Sul ...	0,5641	0,4494	0,3768	0,4583
Santa Catarina	0,6024	0,3986	0,3989	0,4761

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 01 jun. 2007.

Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

NOTA: 1. Dados da pesquisa a partir de adaptação do modelo de Saboia (2020).

2. Resultados da pesquisa, a partir dos dados e fontes citadas no Quadro 1.

Esses resultados, em si, confirmam parcialmente os estudos de Lima (2007) sobre o perfil das especializações na Região Sul do Brasil. Enquanto o Paraná apresentava maiores disparidades regionais em termos de ocupação da mão-de-obra, o Estado de Santa Catarina mostrava-se espacialmente mais homogêneo. O que jogava a favor de Santa Catarina eram fatores estritamente locais, enquanto o Rio Grande do Sul acompanhava as tendências da economia brasileira, demonstrando integração e dependência dos movimentos da estrutura industrial do Centro-Sul brasileiro como um todo.

4 Conclusões

O objetivo deste artigo foi analisar o mercado de trabalho urbano da Região Sul do Brasil, a partir da adaptação do índice de Saboia. O índice foi aplicado aos dados das 36 cidades médias da Região Sul e também nas suas três capitais e em São Paulo, a fim de se comparar o perfil do mercado de trabalho.

Percebeu-se que o modelo de Saboia, com as devidas adaptações, atendeu aos objetivos da análise, que foi conhecer a qualidade do mercado de trabalho das cidades médias da Região Sul do Brasil. Além de calcular o indicador-síntese e concluir que Porto Alegre tem o melhor mercado de trabalho do sul do Brasil, seguido por Novo Hamburgo, Santa Maria e Curitiba, e que os piores mercados de trabalho do sul do Brasil estão em Colombo, São José dos Pinhais, Palhoça e Pinhais, o estudo disponibilizou dados desagregados, que per-

mitiram aprofundar a análise e compreender alguns fatos inesperados. O primeiro: Curitiba ficou atrás de duas cidades médias no indicador de renda, que foi liderado pelas metrópoles. O segundo: a maioria das cidades teve índices favoráveis em algumas estatísticas, mas índices bastante desfavoráveis em outras.

Evidenciou-se que as capitais apresentam excelentes índices nos indicadores de renda, principalmente devido à estatística principal desse indicador, que é a renda nominal. Outras estatísticas do grupo do indicador de renda não são tão favoráveis às capitais, como a estatística dos que ganham menos que um salário mínimo, que São Paulo teve o pior índice dentre as cidades estudadas e que as demais capitais também tiveram mau desempenho. Isso, somado à análise geral sobre o mínimo e o máximo do indicador-síntese, que é 0,30 em Pinhais e 0,58 em Porto Alegre, respectivamente, quando o valor máximo do índice pode chegar a 1,00 (assim como o IDH), fez perceber-se que todas as cidades estudadas apresentam sérias deficiências em seus mercados de trabalho. Mesmo o melhor índice nos indicadores-síntese (0,58), em Porto Alegre, ficou num patamar relativamente baixo.

Pelos resultados, percebeu-se que o mercado de trabalho nas capitais é ligeiramente melhor do que nas cidades médias da Região Sul do Brasil e que o fator que mais influencia nessa pequena vantagem das capitais é o indicador de renda nominal. Há de se considerar que, como foi tratada renda nominal como estatística, se os custos de vida nas capitais forem mais altos que nas cidades médias (o que não foi objeto deste estudo), essa pequena liderança das capitais, quiçá, seja deixada para traz. Deve-se ressaltar que as cidades de porte médio apresentam condições de se adaptarem às novas exigências dos novos modos de produção. A recente emergência dessas cidades no cenário nacional cria condições para a implementação de projetos de desenvolvimento urbano que minimizem os problemas causados pela urbanização à industrialização, principalmente aqueles ligados à qualidade do trabalho e do meio ambiente.

Por fim, constatou-se que, na média geral, na Região Sul do Brasil, o Paraná tem o pior indicador de mercado de trabalho, com índice de 0,3859. Na posição intermediária está o Rio Grande do Sul, com índice de 0,4583, e a melhor posição na Região pertence à Santa Catarina, que apresentou índice de 0,4761. Portanto, os baixos índices de qualidade do mercado de trabalho em toda a Região demonstram a necessidade de se buscarem políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que possam dinamizar os mercados de trabalho. Isso exige a qualificação das pessoas, para que possam empreender e/ou atingir melhores níveis de produtividade, possibilitando melhoria da renda, e o incentivo às atividades geradoras de emprego, principalmente daquelas que gerem empregos com melhores condições do que as atuais da Região.

Anexo

Tabela A.1

Indicadores de desemprego nas capitais e nas cidades médias da Região Sul e em São Paulo — 2000 e 2007

CIDADES E CAPITAIS	INDICADORES DE DESEMPREGO	ESTATÍSTICAS — DADOS DESAGREGADOS		
		% da PEA Desocupada	% da PEA Inscrita no Sine	% da PEA Requisitante do Seguro- Desemprego
Santa Cruz do Sul (RS) ...	0,81	0,86	0,83	0,67
Novo Hamburgo (RS)	0,76	0,84	0,88	0,49
Blumenau (SC)	0,75	1	0,9	0,12
Jaraguá do Sul (SC)	0,74	0,98	0,74	0,25
Santa Maria (RS)	0,73	0,6	0,97	0,75
Caxias do Sul (RS)	0,69	0,8	0,87	0,31
São José (SC)	0,66	0,67	...	0,65
Chapecó (SC)	0,65	0,73	0,97	0,18
Palhoça (SC)	0,61	0,53	0,99	0,41
Porto Alegre (RS)	0,59	0,49	0,78	0,61
Viamão (RS)	0,59	0,18	1	1
Criciúma (SC)	0,58	0,7	0,83	0,06
Bagé (RS)	0,57	0,3	0,88	0,79
Colombo (PR)	0,56	0,35	0,69	0,85
Florianópolis (SC)	0,56	0,72	0,8	0
Pelotas (RS)	0,55	0,23	0,96	0,76
Passo Fundo (RS)	0,54	0,32	0,91	0,59
São Leopoldo (RS)	0,54	0,43	0,91	0,39
Uruguaiana (RS)	0,54	0,26	0,75	0,9
Canoas (RS)	0,52	0,18	0,97	0,74
Itajaí (SC)	0,52	0,67	0,73	0
Joinville (SC)	0,52	0,41	0,85	0,4
Curitiba (PR)	0,51	0,55	0,49	0,45
Londrina (PR)	0,51	0,65	0,29	0,45
Gravataí (RS)	0,51	0,18	0,96	0,72
Foz do Iguaçu (PR)	0,49	0,28	0,62	0,77
Sapucaia do Sul (RS)	0,49	0,22	0,92	0,59
Maringá (PR)	0,48	0,76	0,21	0,19
Cachoeirinha (RS)	0,47	0,48	0,65	0,26
Apucarana (PR)	0,45	0,75	0,23	0,08
Paranaguá (PR)	0,45	0,5	0,6	0,2
Ponta Grossa (PR)	0,44	0,46	0,32	0,51
Lages (SC)	0,44	0,32	0,84	0,28
Cascavel (PR)	0,43	0,55	0,22	0,38
Alvorada (RS)	0,41	0	0,91	0,74
Guarapuava (PR)	0,38	0,39	0,33	0,42
São Paulo (SP)	0,37	0,15	0,61	0,59
São José dos Pinhais (PR)	0,32	0,42	0	0,42
Rio Grande (RS)	0,31	0,06	0,32	0,8
Pinhais (PR)	0,24	0,21	0,28	0,25

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 01 jun. 2007.
Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Tabela A.2

Indicadores de ocupação/informalidade nas cidades médias e nas capitais da Região Sul e em São Paulo — 2000

CIDADES E CAPITAIS	INDICADO- RES DE OCUPAÇÃO/ /INFORMALI- DADE	ESTATÍSTICAS — DADOS DESAGREGADOS		
		% de Ocupados com Carteira Assinada	% de Ocupados que Trabalham na Indústria	% de Ocupados com 12 Anos ou Mais de Estudo
Gravataí (RS)	0,73	1	0,51	0,4
Novo Hamburgo (RS)	0,73	0,77	0,87	0,52
Sapucaia do Sul (RS)	0,62	0,68	0,67	0,44
Alvorada (RS)	0,56	0,8	0,24	0,39
Canoas (RS)	0,56	0,46	0,33	1
Blumenau (SC)	0,56	0,46	0,75	0,57
Criciúma (SC)	0,56	0,39	0,5	0,95
Curitiba (PR)	0,55	0,54	0,25	0,85
Joinville (SC)	0,55	0,57	0,69	0,36
São Leopoldo (RS)	0,51	0,51	0,61	0,4
Jaraguá do Sul (SC)	0,5	0,21	1	0,58
São Paulo (SP)	0,5	0,51	0,27	0,71
Caxias do Sul (RS)	0,49	0,46	0,74	0,31
Pinhais (PR)	0,47	0,64	0,37	0,23
Ponta Grossa (PR)	0,45	0,58	0,27	0,38
Porto Alegre (RS)	0,45	0,55	0,07	0,6
Cachoeirinha (RS)	0,44	0,48	0,45	0,34
Lages (SC)	0,44	0,64	0,3	0,19
São José dos Pinhais (PR)	0,42	0,51	0,46	0,18
Itajaí (SC)	0,42	0,51	0,35	0,3
Maringá (PR)	0,41	0,38	0,25	0,63
Viamão (RS)	0,39	0,6	0,12	0,24
Londrina (PR)	0,37	0,36	0,22	0,55
Santa Maria (RS)	0,37	0,52	0,07	0,35
Apucarana (PR)	0,36	0,33	0,58	0,2
Colombo (PR)	0,33	0,53	0,23	0
Paranaguá (PR)	0,33	0,49	0,07	0,26
Rio Grande (RS)	0,33	0,58	0,15	0
Passo Fundo (RS)	0,32	0,36	0,19	0,36
São José (SC)	0,31	0,47	0,16	0,16
Uruguaiana (RS)	0,3	0,5	0,01	0,2
Cascavel (PR)	0,29	0,32	0,17	0,36
Bagé (RS)	0,29	0,42	0,08	0,26
Santa Cruz do Sul (RS) ...	0,28	0,15	0,43	0,39
Pelotas (RS)	0,27	0,43	0,13	0,11
Guarapuava (PR)	0,26	0,33	0,27	0,12
Chapecó (SC)	0,26	0,17	0,4	0,3
Palhoça (SC)	0,22	0,21	0,22	0,24
Florianópolis (SC)	0,18	0,23	0,01	0,23
Foz do Iguaçu (PR)	0,06	0	0	0,24

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2007.Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Tabela A.3

Indicadores de renda nas cidades médias e capitais
da Região Sul e em São Paulo — 2000

CIDADES E CAPITAIS	INDICADORES DE RENDA	ESTATÍSTICAS — DADOS DESAGREGADOS		
		Renda Nominal	% de Ocupados que Ganham Menos de um Salário Mínimo	Relação da Renda dos com e dos sem Carteira
Porto Alegre (RS)	0,71	1	0,13	0,7
São Paulo (SP)	0,64	0,99	0	0,55
Florianópolis (SC)	0,63	0,96	0,03	0,58
Guarapuava (PR)	0,61	0,26	1	0,91
Santa Maria (RS)	0,6	0,44	0,52	1
Curitiba (PR)	0,58	0,89	0,09	0,47
Chapecó (SC)	0,57	0,26	0,89	0,88
Pelotas (RS)	0,55	0,26	0,75	0,91
Passo Fundo (RS)	0,52	0,42	0,51	0,72
Lages (SC)	0,52	0,36	0,71	0,67
Bagé (RS)	0,51	0,17	0,92	0,8
Rio Grande (RS)	0,51	0,24	0,72	0,87
Criciúma (SC)	0,49	0,48	0,37	0,63
Londrina (PR)	0,46	0,49	0,25	0,59
Caxias do Sul (RS)	0,45	0,55	0,14	0,55
Cascavel (PR)	0,44	0,33	0,61	0,5
Ponta Grossa (PR)	0,43	0,3	0,48	0,64
São Leopoldo (RS)	0,4	0,33	0,29	0,64
Maringá (PR)	0,39	0,52	0,22	0,28
Joinville (SC)	0,37	0,48	0,15	0,39
Canoas (RS)	0,34	0,33	0,16	0,51
Jaraguá do Sul (SC)	0,34	0,33	0,15	0,52
Itajaí (SC)	0,33	0,41	0,18	0,32
Paranaguá (PR)	0,32	0,3	0,39	0,28
Foz do Iguaçu (PR)	0,31	0,31	0,41	0,22
Uruguaiana (RS)	0,31	0,2	0,62	0,2
Blumenau (SC)	0,3	0,45	0,01	0,28
Santa Cruz do Sul (RS) ...	0,29	0,3	0,27	0,27
São José (SC)	0,29	0,41	0,08	0,25
Gravataí (RS)	0,27	0,17	0,27	0,46
Sapucaia do Sul (RS)	0,26	0,13	0,37	0,43
Apucarana (PR)	0,25	0,11	0,48	0,3
São José dos Pinhais (PR)	0,25	0,24	0,18	0,34
Cachoeirinha (RS)	0,22	0,22	0,09	0,36
Novo Hamburgo (RS)	0,21	0,33	0,17	0,02
Pinhais (PR)	0,19	0,18	0,14	0,27
Palhoça (SC)	0,15	0,2	0,19	0
Alvorada (RS)	0,13	0	0,31	0,23
Viamão (RS)	0,13	0,08	0,22	0,15
Colombo (PR)	0,12	0,07	0,16	0,16

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso
em: 01 jun. 2007.
Sine. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Tabela A.4

Indicadores-síntese nas cidades médias e nas capitais
da Região Sul e em São Paulo — 2000

CIDADES E CAPITAIS	INDICADORES- SÍNTESE	INDICADORES POR GRUPO		
		Desemprego	Ocupação/ /Informalidade	Renda
Porto Alegre (RS)	0,58	0,59	0,45	0,71
Novo Hamburgo (RS)	0,57	0,76	0,73	0,21
Santa Maria (RS)	0,57	0,73	0,37	0,6
Curitiba (PR)	0,55	0,51	0,55	0,58
Caxias do Sul (RS)	0,55	0,69	0,49	0,45
Blumenau (SC)	0,54	0,75	0,56	0,3
Criciúma (SC)	0,54	0,58	0,56	0,49
Jaraguá do Sul (SC)	0,52	0,74	0,5	0,34
Gravataí (RS)	0,5	0,51	0,73	0,27
São Paulo (SP)	0,5	0,37	0,5	0,64
Chapecó (SC)	0,49	0,65	0,26	0,57
São Leopoldo (RS)	0,48	0,54	0,51	0,4
Joinville (SC)	0,48	0,52	0,55	0,37
Canoas (RS)	0,47	0,52	0,56	0,34
Lages (SC)	0,47	0,44	0,44	0,52
Bagé (RS)	0,46	0,57	0,29	0,51
Passo Fundo (RS)	0,46	0,54	0,32	0,52
Pelotas (RS)	0,46	0,55	0,27	0,55
Santa Cruz do Sul (RS)	0,46	0,81	0,28	0,29
Sapucaia do Sul (RS)	0,46	0,49	0,62	0,26
Florianópolis (SC)	0,46	0,56	0,18	0,63
Londrina (PR)	0,45	0,51	0,37	0,46
Ponta Grossa (PR)	0,44	0,44	0,45	0,43
Maringá (PR)	0,43	0,48	0,41	0,39
Guarapuava (PR)	0,42	0,38	0,26	0,61
Itajaí (SC)	0,42	0,52	0,42	0,33
São José (SC)	0,42	0,66	0,31	0,29
Cascavel (PR)	0,39	0,43	0,29	0,44
Uruguaiana (RS)	0,39	0,54	0,3	0,31
Rio Grande (RS)	0,38	0,31	0,33	0,51
Paranaguá (PR)	0,37	0,45	0,33	0,32
Alvorada (RS)	0,37	0,41	0,56	0,13
Cachoeirinha (RS)	0,37	0,47	0,44	0,22
Viamão (RS)	0,37	0,59	0,39	0,13
Apucarana (PR)	0,35	0,45	0,36	0,25
Colombo (PR)	0,33	0,56	0,33	0,12
São José dos Pinhais (PR)	0,33	0,32	0,42	0,25
Palhoça (SC)	0,33	0,61	0,22	0,15
Pinhais (PR)	0,3	0,24	0,47	0,19

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso
em: 01 jun. 2007.
Sine. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sine/>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Referências

- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/>. Acesso em: 08 jul. 2007.
- ANDRADE, T.; SERRA, R. Notas sobre a experiência recente das cidades médias brasileiras. In: KON, A. (Org.). **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 117-164.
- CAROD, J. Determinants of industrial location: an application for Catalan municipalities. **Papers in Regional Science**, London, v. 84, n. 84, p. 105-120, 2005.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DINIZ, C. C. A nova configuração urbano-industrial do Brasil. In: KON, A. (Org.). **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 87-116.
- GUIMARÃES NETO, L. As economias regionais e o mercado de trabalho no Brasil dos anos 1990. In: KON, A. (Org.). **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 165-196.
- GUIMARÃES, M. M. M. Crise, reestruturação produtiva e trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 119, 2002. [ISSN: 1138-9788] Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-62.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2007.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 01 jun. 2007.
- LIMA, J. Ferreira de. Les composantes des changements spatiaux dans la région Sud du Brésil. **Canadian Journal of Regional Science**, Montréal, v. 30, n. 02, p. 227-242, 2007.
- SABOIA, João. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90. **Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 1, n. 4, 1999.
- SABOIA, João. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise — 1980-1983. **Revista de Economia Política**, n. 23, 1986.

SABOIA, João. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 123-146, jan./jul. 2000.

SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 jul 2007.

SINE. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sine/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

